

abertura de salários

Mercado resiste à divulgação de ganhos individuais dos executivos **Por Graziella Valenti e Silvia Fregoni**

O aumento do número de empresas sem controlador definido no Brasil esquentou o debate em torno da divulgação da remuneração individual de executivos e conselheiros de companhias abertas. É grande a expectativa em torno das novas regras da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sobre o assunto, que serão divulgadas até o fim do ano para adoção nos balanços de 2010. A idéia inicial do regulador era passar da obscuridade quase total de hoje à transparência completa: abertura de salários, bônus, benefícios indiretos e todo tipo de remuneração, como opções de ações.

Marcos Pinto, diretor da CVM, diz que a transparência é mais importante em empresas nas quais não há um dono que conheça e cobre os executivos. Quando o capital é disperso, os administradores fixam os próprios salários e a divulgação é

a garantia de fiscalização pelo mercado. Ele, no entanto, não deu pistas do resultado final da consulta pública feita pela autarquia sobre a questão, em dezembro do ano passado e março deste ano.

Abusos de administradores estão no epicentro da crise financeira internacional. Muitos bancos americanos quebraram por operações de altíssimo risco, que foram feitas muitas vezes visando remunerações variáveis de curto prazo. A divulgação do pagamento de bônus milionários a funcionários da seguradora AIG, ao mesmo tempo em que os contribuintes americanos estão gastando bilhões de dólares para sustentá-la, provocou uma onda de protestos nos Estados Unidos.

Hoje, as companhias brasileiras divulgam apenas o valor total gasto com os administradores, e quase nada sobre a

distribuição entre os salários e a remuneração variável, como bônus e opções de ações. Detalhar os rendimentos, com o nome de cada executivo, seria passar de um extremo a outro de uma só vez.

A proposta de transparência máxima recebeu críticas de entidades do mercado, da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) à Associação de Investidores no Mercado de Capitais (Amec). Até mesmo executivos com experiência internacional, como o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, acreditam que já seria um grande avanço informar a remuneração por órgão da administração - conselhos e diretoria e explicar as políticas. "Eu, como pai de família, acho que assim já seria um avanço, por ora", disse Fraga, na cerimônia de posse como presidente do conselho da BM&FBovespa, aludindo a um dos argumentos mais comuns no Brasil contra a divulgação dos dados: a segurança.

O presidente da Abrasca, Antônio Castro, argumenta que mais importante

ganha importância

que o temor de seqüestras é o potencial de criar uma inflação de salários dos administradores. Ele lembra que, em outros países, a abertura da remuneração gerou uma pressão por reajustes. "E, em tempos de crise, as empresas estão muito atentas aos custos", alega. A exposição pode levar alguns executivos a optar por trabalhar em empresas fechadas, que não têm obrigação de divulgar os dados e são a grande maioria no Brasil.

Edison Garcia, superintendente da Amec, reconhece a importância dos dados sobre remuneração, mas optou por endossar à CVM uma sugestão intermediária de menor exposição dos executivos. A sugestão é que a abertura seja feita por órgão da administração, com divisão entre fixo e variável, e com detalhamento das políticas. Além disso, seriam publicados, sem identificação, os valores do maior e do menor salário. Quando o intervalo entre eles for maior que 50%, será necessário dar nome aos bois, ou seja, dizer quem está ganhando

tão melhor do que os demais - e o motivo dessa disparidade.

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) almeja um pouco mais: incluirá no seu código de melhores práticas que as empresas abram os salários por administrador. "As que não quiserem fazer isso terão de justificar", afirma Heloisa Bedicks, diretora-executiva do IBGC. O padrão mínimo seria a apresentação dos dados sugeridos pelas demais associações do mercado (política, menor e maior salário, divisão entre remuneração fixa e variável etc.). "Queremos nos preparar para um cenário com cada vez mais companhias de capital pulverizado", destaca.

A siderúrgica Usiminas decidiu mostrar ao mercado quanto ganham seus administradores antes mesmo das exigências da CVM. O objetivo foi dar um sinal de boa governança, afirma o presidente da empresa, Marco Antônio Castello Branco. "O Brasil ainda é um dos poucos países do mundo que ainda não têm isso institucionalizado, e não há

nada que nos impeça de publicar quais são os critérios que os acionistas e o conselho de administração definem para a remuneração, seja da diretoria-executiva, do conselho de administração ou do conselho fiscal."

O professor Alexandre Di Miceli, coordenador do Centro de Estudos em Governança (CEG) da Fipecafi, considera insuficiente revelar apenas a política de remuneração. Todos os países do G8, à exceção da Rússia, recomendam a abertura individual dos salários, lembra. O detalhamento é adotado nos Estados Unidos e em dois terços dos países da Europa continental. Graças a esta providência, a reguladora americana Securities and Exchange Commission (SEC) conseguiu punir empresas por conceder opções de ações aos executivos com datas retroativas. Os processos nasceram de um estudo acadêmico que mostrou que as opções eram concedidas exatamente nas datas de cotação mínima dos papéis.

Colaborou Murillo Camarotto, do Valor Online